



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000176113

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001498-52.2018.8.26.0142, da Comarca de Colina, em que é apelante NELSON DE SOUZA LIMA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado USIEL ROSA NETO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso, com majoração da verba honorária. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente), ANTONIO NASCIMENTO E CARLOS DIAS MOTTA.

São Paulo, 11 de março de 2020.

FELIPE FERREIRA
Relator
Assinatura Eletrônica

Comarca: Colina - Vara Única
Apte. : Nelson de Souza Lima
Apdo. : Usiel Rosa Neto
Juiz de 1º grau: Luciano de Oliveira Silva
Distribuído(a) ao Relator Des. Felipe Ferreira em: 03/02/2020

VOTO Nº 46.003

EMENTA: ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO. 1. Se a sentença está suficientemente motivada, de rigor a adoção integral dos fundamentos nela deduzidos. Inteligência do art. 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. 2 Se a parte autora não faz prova boa e cabal do fato constitutivo do seu direito o pedido improcede. Inteligência do art. 373, I, do CPC/2015. 3. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. Sentença mantida. Recurso desprovido, com majoração da verba honorária (art. 85, § 11, do CPC).

Trata-se de recurso de apelação contra respeitável sentença de fls. 142/148 que julgou improcedente a ação, condenando o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, observada a gratuidade processual.

Pleiteia o apelante a reforma do julgado alegando que os depoimentos das testemunhas arroladas pelo apelado não espelham a realidade dos fatos. Aduz que as suas testemunhas confirmam que já estava no meio fio quando foi abalroado pelo apelado. Alega ainda que restou caracterizado que o apelado estava em alta velocidade. Requer a procedência da ação.

Apresentadas as contrarrazões, com pedido de litigância de má-fé, subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O recurso não merece prosperar, devendo subsistir a r. sentença, que com total acerto, bem observou que:

“No mérito, o pedido é improcedente.

Pois bem. A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tripla concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposo do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (art. 186 do novo Código Civil). Em outras palavras, para que se configure o dever de indenizar é indispensável que os danos enfrentados guardem relação causal com a culpa do agente.

Portanto, para que haja o dever de indenizar, deve-se comprovar a culpa.

Em que pese o autor ter afirmado que foi atropelado pela moto que vinha em alta velocidade e que estava no final da travessia, após a instrução tal versão não se confirmou.

Do conjunto probatório absolutamente nada há nos autos que evidencie tenha o evento danoso ocorrido por negligência do motorista da motocicleta. Vejamos.

O requerente, em depoimento prestado em audiência, disse que trafegava de bicicleta e quando estava atravessando a Avenida 7 de Setembro, sentido Centro e, ao cruzar a Avenida Cel. Antenor Junqueira Franco, foi atropelado pela moto. Disse que o acidente se deu quando o requerente estava se aproximando do canteiro central da Avenida Junqueira Franco. Disse que não a motocicleta. Confirmou que é aposentado por invalidez por doenças na coluna, mas que a época do acidente tinha os movimentos do pescoço. Esclareceu que apesar da invalidez, andava de bicicleta normalmente. Afirmou que, em decorrência das lesões que sofreu no acidente, ficou com dificuldade no andar e não consegue mais andar de bicicleta. Reperguntado, disse que obedeceu à sinalização para parar e iniciou a travessia porque não vinha ninguém na outra pista.

A testemunha arrolada pelo autor Pedro Rufino de Oliveira disse que não presenciou o acidente, que apenas escutou o barulho e, na sequência, viu autor e réu caídos no chão, tal qual a bicicleta e a motocicleta. Não reparou se havia sinalização de “Pare”. Porém, afirmou que o autor ia colocar a bicicleta no canteiro, que finalizava a travessia. Não pôde afirmar se a motocicleta estava em alta velocidade.

Nesta parte, o depoimento parece confuso, pois a testemunha afirma que o que lhe chamou a atenção foi o estrondo provocado pela colisão, que efetivamente não sabe informar a dinâmica do acidente. Por outro lado, afirma que o autor finalizava a travessia da via quando houve o atropelamento.

A testemunha Silval de Belo afirma ter visto o atropelamento, disse que a colisão se deu quando a bicicleta se aproximava do meio fio. Disse que não pode afirmar se o ciclista parou antes de iniciar a travessia, sequer soube afirmar se havia sinalização nesse sentido. Afirmou que a motocicleta vinha do lado esquerdo da via. Disse que viu a motocicleta, mas não sabe informar se o condutor estava fazendo uma ultrapassagem.

Porém, à fls. 79 da peça contestatória é possível observar a inscrição de PARE no asfalto, com tinta indelével e, ao que parece, a pintura não é recente.

Arrolada pelo requerido, Jubal Arantes da Silva disse que não viu o acidente, mas o barulho provocado pelo impacto chamou-lhe a atenção, que estava na frente da sua casa a cerca de 40 metros do acidente. Presume que o ciclista não obedeceu à sinalização, que lhe era desfavorável. Acredita que o motociclista não imprimia velocidade superior à permitida para a via, pois a colisão não foi de grande impacto e os veículos ficaram perto um dos outro após a queda. Afirmou que o autor sempre teve dificuldade de locomoção, que o seu pescoço não girava e que apresentava dificuldade ao caminhar e para andar de bicicleta. Disse que a bicicleta permaneceu do lado direito da via e a moto do lado esquerdo.

Dorico Pacheco Marinho Filho, testemunha também arrolada pelo réu, disse que dirigia seu carro pela Avenida Cel. Antenor Junqueira Franco em baixa velocidade, pois trabalha com venda de gás de cozinha, quando a motocicleta ultrapassou seu veículo, mas também em baixa velocidade. Disse que o condutor da bicicleta invadiu a avenida e colidiu com a motocicleta. Afirmou que o pneu dianteiro da bicicleta colidiu com o meio do motociclo. Quando ocorreu o acidente a testemunha estava atrás da moto, na mesma via. Que não viu Nelson parando antes de atravessar a avenida. Disse que conhece as limitações físicas do autor, inclusive em relação às limitações de movimento de pescoço. Acredita que essa limitação pode ter causado dificuldade em o autor olhar para os lados e observar a motocicleta se aproximando. Reperguntado, disse que a colisão se deu no meridiano da via. Que acredita que o condutor da motocicleta não avistou o autor antes da colisão, pois teria conseguido frear dada a baixa velocidade.

O depoimento das testemunhas ora pendem para a versão apresentada pelo autor, mesmo que em versões confusas, ora pendenciam para a versão defensiva, a qual me parece um pouco mais verossímil.

O boletim de ocorrência de fls. 14/16 não esclarece a dinâmica do acidente, apenas relata as versões dos condutores.

Após a instrução processual, é possível verificar que não há provas de que o requerido estivesse acima da velocidade máxima permitida da via, e nada permite concluir, que o acidente pudesse ter sido evitado, haja vista a conduta impudente do ciclista, que atravessou a avenida sem observar a sinalização e ele era desfavorável.

Em matéria de trânsito vigora o princípio da confiança, segundo o qual o condutor de um veículo tem o direito de esperar que os outros condutores e pedestres se atenham às regras de trânsito e às cautelas que de todos são exigidas no convívio social. Ou seja, o condutor da motocicleta, em via preferencial, acredita que não terá a frente interceptada.

Se o autor deixa de observar as regras concernentes à normalidade da conduta, procurando atravessar a pista sem observar a preferência e com limitações físicas que impedem a condução da bicicleta com segurança, não há como imputar culpabilidade ao condutor do veículo, que se vê surpreendido por imprevisível comportamento do ciclista, no caso de atropelamento deste.

Não tendo sido suficientemente estabelecida a dinâmica do acidente, sendo verossímil as alegações do autor e do réu, a solução adequada no caso é a improcedência dos pedidos veiculados.

Assim, em que pesem os danos sofridos pelo autor, não tendo atitude negligente ou imprudente do condutor do veículo, não restou caracterizado o dever de indenizar.

A hipótese, pois, é de culpa exclusiva da vítima que afasta o nexo causal e a responsabilidade civil da ré pelos danos causados.” (fls. 143/147).

E nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, **“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la, apreciando, se houver, os demais argumentos recursais capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada no julgamento.”**

Desta forma, pelas alegações tecidas no recurso de apelação, que apenas reiteram as questões claramente analisadas pelo magistrado de 1ª instância, é de se adotar integralmente os fundamentos contidos na sentença.

Nesse sentido, o seguinte julgado do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“A viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-o no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum.” (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, j. 4.9.2007). (No mesmo sentido: REsp. nº 641.963-ES; REsp. nº 592.092-AL; REsp. nº 265.534-DF).

Vejam-se também os julgados desta Corte de Justiça:

“A r. sentença combatida deve ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, aqui expressamente adotados como razão de decidir, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal, verbis: 'Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la'. Nesta Seção de Direito Privado, o dispositivo regimental tem sido largamente utilizado por suas Câmaras, seja para evitar inútil repetição, seja para cumprir o princípio constitucional da razoável duração do processo.” (Ap. nº 990.10.310915-5, Rel. Des. Renato Sartorelli, 26ª Câ., j. 14/10/2010).

“Apelação – Reiteração dos termos da sentença pelo relator – Admissibilidade – Adequada fundamentação – Precedente jurisprudencial – Incidência do artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Improvimento.” (Ap. nº 992.07.020734-7, Rel. Des. Vianna Cotrim, 26ª Câ., j. 29/09/2010).

De fato, tendo em vista o conjunto probatório contido nos autos, não há como imputar a responsabilidade pelo acidente ao réu, como quer fazer crer o autor.

Não há provas suficientes a esclarecer como foi a dinâmica do acidente, como bem constou da sentença.

O Boletim de Ocorrência apenas relata a versão apresentada pelas partes e a prova testemunhal se mostra divergente. Observe-se ainda que o réu trafegava na via preferencial.

Dessa forma, a pretensão indenizatória deduzida pelo autor na inicial restou despida de sustentação probatória, incidindo o brocardo segundo o qual, "*allegare nihil et allegatum non probare paria sunt*", e a isto se refere o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, pois é ônus da parte autora provar o fato constitutivo do seu direito.

Sobre tal dispositivo preleciona VICENTE GRECO FILHO ("Direito Processual Civil Brasileiro", Saraiva, 13ª ed., 1999, p. 189), que:

"O autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda.

A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor."

"O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito."

Assim, de rigor a manutenção da sentença.

Por fim, não é o caso, ao menos por ora, de aplicação da penalidade por litigância de má-fé, como requerido nas contrarrazões, por entendermos não configurado o *improbus litigator*.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, com majoração da verba honorária para 11% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do CPC, observada a gratuidade processual concedida.

FELIPE FERREIRA
Relator
Assinatura Eletrônica